

Relatório Final

Decreto-Lei nº18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação

Identificação do processo: 2017/300.10.005/50

Objeto da contratação: Aquisição de serviços para elaboração de estudo prévio e projeto de execução para a Requalificação do Espaço Público da Rua Marquês de Pombal e Praça da República – 2.ª Fase (Praça da República)

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 124.º do Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação - Código da Contratação Pública, doravante designado de CCP, no dia 23 de fevereiro do ano dois mil e dezassete reuniu o júri do processo de contratação para “Aquisição de serviços para elaboração de estudo prévio e projeto de execução para a Requalificação do Espaço Público da Rua Marquês de Pombal e Praça da República – 2.ª Fase (Praça da República)” a fim de proceder à elaboração do relatório final, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar a ordenação final das propostas constante do relatório preliminar e propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

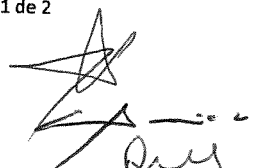
1. Audiência Prévia e ordenação das propostas

Para efeitos de audiência prévia em reunião de 9 de fevereiro do ano de dois mil e dezassete o júri procedeu à elaboração do respetivo relatório preliminar, onde registou os resultados da análise e avaliação das propostas apresentadas pelos concorrentes e nos termos do art.º 123.º o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis, para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

2. Proposta de Adjudicação

Considerando que durante o período fixado não existiram quaisquer observações dos concorrentes o júri deliberou não alterar o teor e as conclusões do relatório preliminar, pelo que propõe a adjudicação da proposta apresentada pelo concorrente Círculo Redondo – Consultoria e Gestão, Lda. no valor de € 64.500,00 (sessenta e quatro mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Face ao que antecede, se a proposta aqui formulada merecer aprovação superior, deverá, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º do CCP, proceder-se à notificação de todos os concorrentes, a qual



CONTRATAÇÃO PÚBLICA

será acompanhada de presente relatório final e ser notificado o adjudicatário no sentido de proceder em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 77.º do CCP.

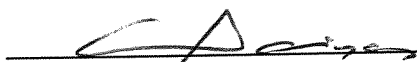
Sines, 23 de fevereiro de 2017

**O Júri do Procedimento
Presidente**



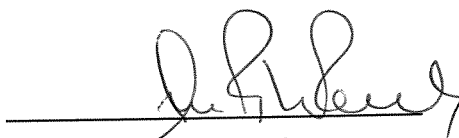
Pedro Martins, Chefe da Divisão de Ordenamento do Território

Primeiro Vogal Efetivo



Graça Faisca, Arquiteta

Segundo Vogal Efetivo



Ana Palma, Jurista